

Neto desafia ministro e tenta manter evento da ONU em Salvador

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), quer manter na capital baiana a Semana Climática América Latina e Caribe, que é evento organizado pela Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), mesmo com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sendo contra. Em uma postagem nas redes sociais, o gestor soteropolitano argumentou que a conferência é "muito importante para a economia da cidade e para mostrarmos os programas

que estamos desenvolvendo dentro da agenda climática". "A prefeitura não vai medir esforços para que este evento de repercussão mundial aconteça na primeira capital do Brasil", acrescentou.

Segundo ACM Neto, ele pediu ao secretário municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis), André Fraga, que entrasse em contato com os organizadores para manter o evento na cidade mesmo sem o apoio do governo federal. A Semana Climática América Latina e Caribe estava marcada para acontecer nos dias 19 e 23 de agosto em Salvador, mas foi cancelada por ordem do ministro.

Salles argumentou que não tinha motivo para acontecer no Brasil, já que o COP-25 também não vai ocorrer no país.

"Vou manter um encontro que vai preparar um outro (COP-25), que não vai acontecer mais no Brasil, por quê? Não faz o menor sentido, vai para o Chile! Vou fazer uma reunião para a turma ter oportunidade de fazer turismo em Salvador? Comer acarajé?", indagou, em entrevista ao blog de Andréia Sadi, do portal G1. O COP-25 aconteceria no Brasil, mas foi cancelado por determinação de Jair Bolsonaro (PSL), que na época ainda era presidente eleito.

Na ocasião, argumentou que não valeria o



O PREFEITO de Salvador, ACM Neto (DEM), quer manter na capital baiana a Semana Climática América Latina e Caribe

receber a conferência. "Sem o endosso do governo federal, as Nações Unidas não podem realizar eventos nos países. Em contato com os coordenadores da Climate, Luca Brusa e Maria Laura Vinuela, oferecemos o apoio do governo da Bahia, para que o evento fosse mantido, mas, infelizmente, não será possível, porque o estatuto da ONU impede que eventos sejam realizados nos países sem a chancela do governo central", afirmou.

Segundo João Carlos, a recusa do governo federal não se justifica, já que não há necessidade de desembolso de recursos, porque a ONU arca completamente com os custos do evento. "A decisão do governo federal está em completo desalinhamento com o governo da Bahia que, inclusive, participava da organização do evento, através da Secretaria do Meio Ambiente", ressaltou.

"custo de mais de R\$ 500 milhões" e a possibilidade de haver "constrangimento do governo". Ontem, o secretário André Fraga disse que já entrou em contato com os organizadores do evento e aguarda retorno. "Não tem custo para prefeitura e nem teria para o governo federal. A própria ONU é que custeia o evento", declarou. Ele voltou a

criticar a decisão do ministro de rejeitar sediar a Semana Climática no Brasil. "Foi uma péssima decisão. Perde o Brasil, perde Salvador. O Brasil deixa de liderar um importante debate sobre mudança climática", pontuou.

O secretário estadual do Meio Ambiente, João Carlos Oliveira, disse, no entanto, que o estatuto da ONU impede Salvador de

BOA RELAÇÃO

Prefeito e governador interinos se reúnem em Salvador



O PREFEITO e o governador interinos, Bruno Reis e Nelson Leal, respectivamente, reuniram-se na tarde de ontem

Pela primeira vez desde que tomou posse como chefe do Palácio Thomé de Souza em janeiro de 2013, ACM Neto (DEM) deixou que o seu vice-prefeito assumisse o Executivo municipal. No primeiro mandato, quando tinha Célia Sacramento como vice, o democrata nunca permitiu que a então aliada sentasse na sua cadeira. Desta vez, Neto viajou para participar da Conferência Brasil Fórum UK em Londres e transferiu o posto para o vice-prefeito Bruno Reis (DEM), que também é secretário municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra).

Enquanto ACM Neto está em viagem, Bruno

Reis, que sonha em ser candidato a prefeito de Salvador no próximo ano, tenta atrair os holofotes para ele. Pela tarde, se reuniu com o governador em exercício da Bahia, Nelson Leal (PP). No encontro, disse ao progressista que a prefeitura prepara um grande evento para ser realizado em outubro a fim celebrar a santificação de Irmã Dulce. Também anunciou que vai acelerar a execução do projeto do "Caminho da Fé", que vai promover transformações na região do Largo de Roma ao Bonfim para acolher o grande fluxo de fiéis que passará a circular pela região com a santificação.

Mais cedo, Bruno Reis assinou um Termo de Acor-

do e Compromisso (TAC), com a Caixa, para retomar a construção de moradias em Tubarão. Apontado como candidato natural à sucessão de ACM Neto, o vice ainda não confirmado pelo prefeito como o seu postulante. Mas, em entrevista à Tribuna nesta semana, Bruno afirmou que há "grande possibilidade" de ser o nome de consenso do grupo.

"O que eu sinto por onde tenho andado, diante de uma relação que a gente construiu na nossa vida pública, com todos os integrantes do nosso partido Democratas e de alguns aliados, é que lá na frente possivelmente no ano que vem, é que há uma grande pos-

sibilidade de que nosso nome seja um consenso no grupo para uma disputa na condição de candidato a prefeito de toda a base", declarou o vice, que completa 42 anos amanhã. Em Londres, ACM Neto vai participar do painel "Fomentando o Empreendedorismo no Brasil", a partir da experiência realizada à frente da prefeitura de Salvador desde janeiro de 2013. O principal enfoque do prefeito será o "Salvador 360", programa que visa estimular o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda na cidade. A conferência é uma realização conjunta da London School of Economics e a Universidade de Oxford. (RDS)

Baianos aderem à manifestação contra cortes na Educação

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

Todos os estados da federação aderiram ontem ao grande protesto contra os cortes de verbas dos institutos e universidades federais, promovidos pelo governo Bolsonaro. Na capital baiana, mais de 50 mil pessoas, segundo os organizadores, saíram do largo do Campo Grande até a Praça Castro Alves. Desde às 8 horas, bradaram pelas ruas políticos, professores, estudantes, coordenadores escolares de escolas do ensino público e do ensino particular, além de profissionais liberais e trabalhadores aposentados.

Depois da concentração, todos se saíram em

passeata, cantando e falando palavras de ordem contra o governo federal. Líder do PT na Câmara Municipal de Salvador, a vereadora Marta Rodrigues disse que a "grande dimensão" da Paralisação Nacional pela Educação deixou muito claro para o País, para os membros do Planalto e do Congresso, que a população não está de acordo com a postura autoritária e persecutória do governo Bolsonaro com as universidades e instituições federais.

"Isso mostra que o povo brasileiro tem um zelo muito grande pela educação e quando ela é afetada toda a população fica alerta. A partir daí o leque de problemas de um governo se abre e fica à mostra. O corte nas uni-

versidades deixou todos preocupados, principalmente porque ninguém quer ver retroceder os avanços promovidos pelos governos Lula e Dilma, que criaram 18 universidades públicas e 422 escolas técnicas no Brasil. Ao mexer na universidade, Bolsonaro mexeu num vespeiro", opina Marta.

O deputado estadual Robinson Almeida (PT) repudiou as críticas do presidente Jair Bolsonaro às manifestações realizadas. Nos EUA, Bolsonaro chamou os manifestantes da educação de "idiotas úteis" e disse que os 14 milhões de brasileiros desempregados "não têm qualquer qualificação". O único idiota que os brasileiros conhecem, Bolsonaro, é você, que quer destruir a educação pública brasileira.



MARTA RODRIGUES disse que a dimensão das manifestações deixou claro que a população não está de acordo com a postura do governo com as universidades

Você é um inútil que não consegue apresentar nenhuma perspectiva, nenhum projeto positivo para o Brasil", escreveu Robinson Almeida, no microblog Twitter.

Também presente nas manifestações em Salvador, a deputada estadual Olívia

Santana (PCdoB) declarou que "esse movimento é um grande basta a esses absurdos que o governo Bolsonaro vem fazendo". "A gente já viu contingenciamento de verbas em outros governos, e houve muitas. Mas o que a gente está vendo agora é

mais do que um contingenciamento, é um corte deliberado, pois esse governo não acredita nas universidades", declarou.

A também comunista vereadora Aladilce Souza (PCdoB) ressaltou que o manifesto "não se restringe só a professores e estudantes". "A sociedade entendeu que precisamos de muita união para afastarmos esses setores do golpe que tivemos no Brasil. Temos um desgoverno que quer acabar com todos os direitos alcançados depois da Constituição. Cortar recursos da educação é um crime contra a nação". A deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) participou em Brasília das manifestações contra os cortes orçamentários nas universidades.



O SENADOR Angelo Coronel conseguiu 29 assinaturas e apresentou uma PEC que permite aos partidos coligações para vereadores nas eleições municipais de 2020

PEC de Coronel muda regra da eleição proporcional

O senador Angelo Coronel (PSD-BA) conseguiu 29 assinaturas e apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC 67/2019) que permite aos partidos coligações para vereadores nas eleições municipais de 2020. O advogado eleitoral Neomar Filho explica que a reforma na legislação eleitoral em 2017, originada também de uma PEC, estabeleceu o fim das coligações para as eleições proporcionais a partir do pleito de 2020. Ou seja, para qualquer eleição proporcional: vereador, deputado Estadual e deputado federal. É o que está hoje em vigência.

No caso da PEC apre-

sentada por Coronel, a previsão é permitir apenas para as eleições dos vereadores - deixando de fora os deputados. Através da emenda atual, pretendia-se evitar o "Efeito Tiririca", ou seja, quando um candidato com votação expressiva ajuda a eleger outros candidatos do grupo de partidos coligados que obtêm poucos votos. Questionado se a lei atual é eficiente, o advogado explica.

"Não diria mais ou menos eficiente. Tudo é uma questão de estratégia. Foi modificada não só a legislação, mas o efeito prático da regra. Por exemplo: antes nós tínhamos o 'efeito tiririca' com candidatos 'pu-

xadores de votos' como estratégia. Agora, penso que muitos serão os candidatos ao Poder Executivo para viabilizar a eleição das cadeiras no Legislativo". Segundo Coronel, com a regra atual as eleições nos municípios ficam limitadas a dois partidos: o do prefeito e o da oposição, prejudicando o pluralismo político. "A disputa eleitoral exige uma estratégia. Entre os políticos é o que se fala mesmo...", avalia Neomar.

O senador baiano quer que a proposta seja votada ainda em maio, valendo, dessa forma, nas eleições do ano que vem. Isso abre um precedente para que, daqui quatro anos, uma

nova PEC seja apresentada novamente para adiar mais uma vez o fim das coligações. "O nosso ordenamento jurídico tem essa característica. Salvo os direitos fundamentais, ou as chamadas cláusulas pétreas, que somente uma nova constituinte pode alterar, mudanças nas regras são possíveis de acordo com o que encaminhar o Parlamento".

Agora, a PEC precisa ser avaliada pelas comissões, ser votada em dois turnos no Senado, e passar também pela Câmara dos Deputados. Para ser aprovada, uma PEC deve obter 3/5 de votos em cada Casa, Senado e Câmara. (HB)